

# Eixos estratégicos, geopolítica sul-americana e seus impactos para as relações com os EUA

**Renata Peixoto de Oliveira (1) e Hannah Guedes de Souza (2)**

1- Docente do curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA, do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL/UNILA) e do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento ( PPGPPD/UNILA)

2- Mestra em Integração Contemporânea da América Latina pelo PPGICAL/UNILA, e graduada em Relações Internacionais pela UFF.

## Introdução

Neste trabalho, buscamos identificar como se estrutura uma política contra hegemônica na América do Sul, na primeira década do século XXI, com destaque para os países que sustentaram o Consenso de Buenos Aires e alicerçaram um novo período para a integração sul-americana. Cabe destaque, para o período em que o progressismo prefigurou como auge na região, dando vazão a um distinto e autônomo projeto político, econômico e social para toda a região.

No tocante à integração regional, Souza (2012) destaca que podemos classificar quatro distintos períodos, tendo início do período de formação dos Estados Nacionais após o período de independências e marcado pelos congressos americanos que emergiram durante uma fase na qual os EUA lançavam a Doutrina Monroe e a ideia de um destino manifesto no qual deveriam cumprir seu papel de guardiões das Américas. Isto foi reforçado nas primeiras décadas do século XX, quanto a política para a região era caracterizada como política do *Big Stick*, que foi amenizada pela política da

boa vizinhança, no período do pós-segunda Guerra Mundial. Até este momento, seria extremamente difícil perceber algum tipo de articulação regional entre os países da América Latina e Caribe, já que os primeiros movimentos nesse sentido ocorreram com o advento da ALALC em 1960. Nesta época, os países da região já tinham superado a crise de 1929 além de encontrado, na década de 1930 até o advento da Segunda Guerra Mundial, a oportunidade para a industrialização, a modernização e a crescente urbanização. Com isto, poderemos perceber também como a política externa destes países e sua relação com a potência hemisférica corresponde ou se insere dentro de uma determinada ordem e contexto global e regional. Para alcançar nosso objetivo, destacamos três casos em particular para análise, Argentina, Brasil e Venezuela. No tocante a estes países perfazemos um percurso histórico que situa o papel e projeção destes países na América do Sul durante o século passado, para, em seguida, compreendermos como estes países se aproximam e alinham suas visões conformando eixos geopolíticos estratégicos que permitem maior

autonomia e projeção da região no cenário internacional, para, por fim, destacarmos os rumos da integração regional, suas faces diversas e alterações de padrão, a partir do alinhamento Brasília-Caracas-Buenos Aires.

### **Relações Interamericanas e o papel da Venezuela, Argentina e Brasil durante a Guerra Fria**

Por agora, vamos percorrer alguns antecedentes que nos ajudam a entender as alianças principais, os eixos estratégicos entre países da região, seu posicionamento diante do papel e ingerência dos Estados na região e como isto correspondia tanto à dinâmicas políticas internas quanto a períodos muito particulares da Política Externa dos EUA para a região, quanto da própria dinâmica da Guerra Fria.

Do início da Guerra Fria até o fim dos anos 1960, alguns países da região, incluindo Brasil e Argentina, irão se voltar para o processo de industrialização nacional e a substituição de importações. Em vista disso, a ideologia nacional-desenvolvimentista ganha maior força e a Cepal será o seu principal expoente. Os EUA, por sua vez, tentam exercer maior controle sobre as nações latino-americanas, além de outras regiões do mundo, com o controle do FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Mundial), além da assinatura do TIAR (Tratado

Interamericano de Assistência Recíproca) e da criação da OEA (Organização dos Estados Americanos). Em um primeiro momento, o objetivo era construir uma aliança ideológica com o objetivo de afastar o comunismo, porém adota uma postura mais impositiva com a derrubada de governos para implementar o anticomunismo e a abertura de mercados para produtos e serviços estadunidenses. Na América do Sul, como já mencionado, essas ações levaram a instauração de ditaduras militares que resultaram em anos de repressão e terrorismo de Estado.

Basicamente, vamos destacar as relações Sul-Americanas, considerando-se, três países, Argentina, Brasil e Venezuela. Mas, para adentrarmos nos casos propostos, é antes necessário estabelecermos alguns parâmetros conceituais básicos. Aqui trabalhamos a partir do entendimento da conformação de eixos estratégicos entre os países da região como parte do cenário e do jogo geopolítico hemisférico. Para Rodrigues (2020) a geopolítica seria dinâmica, mutável, complexa e variável de acordo com arranjos temporais, observando aspectos tecnológicos, militares, recursos estratégicos, permitindo aos Estados o planejamento de sua inserção internacional, dos elementos de sua Política Externa posto que se relaciona a uma estrutura internacional de poder. É exatamente a partir desta percepção que podemos olhar para o

hemisfério ocidental e ver algo além de sua geografia, mas o que marca decisivamente a conformação de um território com todas as implicações que estabelecem uma política hemisférica a partir dos jogos de poder que nele se estabelecem, definindo parâmetros e conformando projetos hegemônicos ou contra hegemônicos. Neste ínterim, alianças com fins estratégicos estruturam eixos que estabelecem dinâmicas operativas na política regional e que pautam as relações hemisféricas. O estabelecimento de uma determinada ordem mundial, como o conflito bipolar que marcou a Guerra Fria, também responde por aspectos cruciais da arena regional. No caso, a América Latina e o Caribe se tornaram uma espécie de reserva estratégica enquanto área de influência dos Estados Unidos, em sua política de contenção do avanço comunista.

No caso da Venezuela, depois de dois períodos ditatoriais, com Cipriano de Castro (1899-1908) e com Juan Vicente Gómez (1908-1935), houve um breve interregno protodemocrático interrompido pela ditadura de Marcos Pérez Jiménez (1952-1958). A excepcionalidade democrática venezuelana só passou a ser atestada com a realização do *Pacto de Punto Fijo* que estabeleceu um regime de democracia pactuada, um concerto político entre os principais partidos de centro, *Acción Democrática* (AD) e *Comité de Organización Política*

*Electoral Independiente* (COPEI) que durou de 1958 até 1998.

A partir de meados do século XX, a Venezuela foi se isolando no continente, em primeiro lugar pela mudança drástica em sua estrutura econômica, a partir do boom do petróleo entre os anos de 1920 e 1940. A Venezuela “*saudita*”, como alguns convenciam chamar, foi adquirindo uma estrutura econômica de enclave, em uma experiência muito similar a dos países do oriente médio, grandes produtores e exportadores de petróleo. Isto sufocou outros setores econômicos, fenômeno conhecido como doença holandesa. O comércio com os Estados Unidos passou a ser crescente. Os EUA se tornaram o principal parceiro econômico da Venezuela e este país o principal fornecedor de petróleo, fora do Oriente Médio para os EUA. O aspecto não favorável aos interesses dos EUA foi o fato de que, ao passo em que a Venezuela fortalecia seu setor petrolífero, a legislação do setor se tornava mais benéfica ao Estado, comparativamente aos interesses das grandes corporações. Dessa forma, a Venezuela pode impor algumas condições, mesmo com a forte dependência do mercado estadunidense. Em 1960, foi criada a companhia estatal de petróleo que marca uma tendência histórica no caminho de se tornar um *petro state* e de se beneficiar disto em detrimento dos interesses de potências

estrangeiras. Ao mesmo tempo, o país andino foi se distanciando dos seus vizinhos sul-americanos e estabelecendo uma política diplomática pró-EUA, a partir da chamada Doutrina Betancourt. Esta doutrina se valia do fato de a Venezuela ter firmado um pacto democrático entre seus principais partidos políticos o que a levava, em termos político-ideológicos, a querer estabelecer certo distanciamento dos regimes ditatoriais na região. A Venezuela foi trilhando um caminho isolado, autônomo e diferenciado, que para muitos(as) foi considerado como a excepcionalidade do caso venezuelano, um país democrático e um dos principais produtores e exportadores de petróleo no mundo. O cenário positivo para a Venezuela só começa a ser alterado a partir do momento em que a crise da dívida dos anos 1980 afetou sua economia, também quando novas fontes de petróleo foram encontradas por outros países e que os preços dos barris caíram no mercado internacional, depois de sua alta ter beneficiado os países produtores na década de 1970.

A década de 1980 foi marcada pela forte crise econômica e pelo aprofundamento da crise política que foi acentuada entre 1989 e 1992, correspondendo, respectivamente, ao Caracazo e a tentativa de golpe contra Carlos Andrés Perez. Naquela época, a crise do socialismo real se pronunciava e o avanço do bloco capitalista era visível. Um dos elementos que marca a

crise do governo venezuelano e de todo o regime político estabelecido em 1958 foi, justamente, a guinada que o governo deu em função da adoção de uma agenda neoliberal. A hegemonia neoliberal foi o retrato da pretensa vitória do bloco capitalista na região e, no caso da Venezuela, a década de 1990 foi marcada pela incerteza e pela desilusão. Em 1992, Pérez sofreu impedimento político e as eleições presidenciais que levaram a Rafael Caldera a seu segundo mandato (1993-1998) marcaram o fim do *Pacto de Punto Fijo*, já que o próprio líder histórico do COPEI havia rompido com o partido tradicional. A década de 1990, no imediato pós-guerra fria, foi um período de reorganização política, de profundas mudanças, de crise de legitimidade das forças políticas tradicionais e questionamentos quanto à adoção de uma agenda neoliberal na Venezuela da forma como estava sendo a mesma implementada em outros países da região. Novamente, a Venezuela vai se mostrando em sua trajetória distinta. Enquanto os países da região vivenciavam o retorno democrático, o país andino experienciou a crise de sua democracia e a rejeição ao projeto neoliberal em vigor em quase todos os países da região. Enquanto os países que implementaram o neoliberalismo entre as décadas de 1970 e 1980, passaram por seus primeiros sinais de crise, a Venezuela resistia à adoção desta agenda que era apoiada pelos EUA.

Quanto ao caso brasileiro, as relações Brasil-EUA se intensificam ou se pulverizam de acordo com o perfil ideológico do chefe do executivo, seus interesses e também com um maior ou menor interesse estadunidense nas relações com a América do Sul. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o Brasil já ensaiava uma aproximação com os EUA em detrimento dos países do eixo, sinalizando o fim de possíveis controvérsias com o Estado Novo de Vargas. Mas foi mesmo no governo Dutra, no início da Guerra Fria que essa aproximação se intensificou e convencionou chamar-se de “americanismo ideológico”, isto é, uma parceria praticamente incondicional do Brasil para com os EUA. Mesmo que este modelo tenha oscilado ao longo do tempo, permeou diversos períodos importantes da história da Política Externa brasileira.

Por volta dos anos 1950, as estreitas relações com os estadunidenses prejudicaram a relação do Brasil com seus vizinhos e Hirst (1990, p. 22-23) aponta que Washington ao privilegiar relações bilaterais conseguia tanto reduzir o perfil de sua política externa, quanto dificultar a aproximação entre os países latino-americanos.

Exemplar foi a iniciativa do governo Juscelino Kubitschek em lançar a Operação Pan-Americana (OPA) com o objetivo de fomentar o desenvolvimento regional através do auxílio norte-americano e, assim,

afastar os países do continente de ideais socialistas. No início dos anos 1960, contudo, o Brasil se deslocou do eixo gravitacional dos EUA para se aproximar do seu próprio continente com a Política Externa Independente. Neste período, que passa tanto pelos governos de um presidente conservador como Jânio Quadros quanto de um presidente herdeiro do varguismo como João Goulart, o objetivo brasileiro é garantir maior autonomia. Mas, os EUA seguiam demarcando seu papel na região e lançaram a Aliança para o Progresso após a Revolução Cubana como uma forma de oferecer um modelo de desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos e mantê-los longe da órbita soviética. Mas o governo brasileiro solidificou os ideais de desenvolvimento e emancipação econômica, entendendo que tanto o mercado soviético quanto o latino-americano estariam aptos para absorver os produtos brasileiros (SAN TIAGO DANTAS, 1962). Além disso, o Brasil se posicionava de forma neutra em relação a Cuba, o que deixava os estadunidenses insatisfeitos.

Em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil que derrubou Goulart e afastou o receio com suas reformas de base. Assim como outras ditaduras militares em vigor no período da Guerra Fria o golpe brasileiro contou com o incentivo e apoio dos EUA. Nos primeiros meses de governo militar foram rompidas as relações

diplomáticas com Cuba após a contundente pressão estadunidense, que havia interrompido o fluxo de capitais para o Brasil (GARCIA, 2005, p. 191). Em dado momento, a aproximação com os EUA se mostrará tão intensa que o Ministro das Relações Exteriores declara que “o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil” (GARCIA, 2005, p. 194). As ditaduras militares na América Latina tiveram um papel estratégico para os EUA, já que visavam, sobretudo, assegurar o alinhamento e a conformação de um grande eixo estratégico com os EUA, não perdendo espaço para os soviéticos no continente. O alarmismo da Guerra Fria, aumentou no hemisfério depois da Revolução Cubana e do alinhamento da ilha com os URSS. Durante os anos em que o Brasil foi submetido a uma ditadura militar (1964-1985), os militares almejavam tornar o Brasil uma potência mundial e se utilizavam da política externa para promover o desenvolvimento e conter o comunismo. Até meados dos anos 1970, as fronteiras ideológicas eram bem delimitadas no imaginário brasileiro, com alta importância para o conflito Leste-Oeste e intensa perseguição política aos opositores do regime. O afrouxamento dessa visão ocorre a partir de 1974 com uma abertura “gradual, lenta e segura” para a democracia (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993).

Na transição para a democracia, não ocorreu eleição direta

e o novo governo brasileiro encarou a crise da dívida externa com inflação galopante. Foi marcante neste período as movimentações que levaram ao futuro estabelecimento de um novo bloco econômico na região. A aproximação de Brasil e Argentina no fim dos anos 1980, possibilitou a reaproximação do Cone Sul enquanto região e a criação de um bloco que foi consolidado em 1991 com a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No caso do Mercosul, idealizado no fim dos anos 1980 e colocado em prática no início dos 1990, houve a valorização das moedas locais e redução tanto das tarifas entre os seus membros, quanto da tarifa externa comum, o que acabou por favorecer a importação de mercadorias extrarregionais, desprotegendo as economias dos países do bloco (SOUZA, 2012, p. 108). Contudo, a ideia original de uma integração complexa e nos moldes da União Europeia deu lugar a um bloco econômico com poucas pretensões para além da comercial, cobiçando a liberalização comercial, tarifa externa comum e livre circulação de bens de capital e pessoas. Seguindo o receituário do Consenso de Washington de 1989, o Brasil e outros países da região adotam o neoliberalismo e a cartilha do FMI para tentar sair da crise em que se encontravam e enfrentar a nova realidade de um mundo globalizado pós-Guerra Fria.

Nos anos 1990, independente do governo, o neoliberalismo foi hegemônico entre o governo Collor de Melo (1990-1992); Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). No caso brasileiro, o final da gestão Cardoso já começa a questionar as assimetrias do sistema internacional e compreender que a relação preferencial com os países mais desenvolvidos não estava sendo necessariamente vantajosa.

No caso Argentino, tivemos diferentes tendências e etapas no que diz respeito às relações com os EUA. Em um primeiro momento, um maior afastamento dos Estados Unidos, em especial, no contexto da Segunda Guerra Mundial marcado pelo nacionalismo engendrado na era Perón e até seu perfil autocrático, por outro lado, isto foi revertido em forma de aproximação, por conta das experiências ditatoriais de 1966 e a 1976, bem como pela década marcada pelo governo neoliberal de Menem no final dos anos 1980.

Interessante notar que, de qualquer forma, as relações entre Argentina e Brasil seguiram vacilantes durante grande parte do século XX, seja pela competição existente entre as duas principais economias do Cone Sul, como pela postura peronista diante de assuntos delicados e importantes em termos geopolíticos. Enquanto os EUA buscavam apoio e suprimentos de países latino-americanos no momento em que decide entrar na Segunda

Guerra Mundial, a Argentina se negava a romper relações com o eixo e ainda repercutiu até os dias atuais o fato de oficiais nazistas terem fugido para a Argentina após sua derrota.

*Em agosto de 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha e à Itália. Nesse mesmo mês, assumiu a presidência Ramón Castillo, que manteve uma posição neutra antes da guerra, apesar de os navios de bandeira argentina Victoria e Río Tercero, que transportavam suprimentos para os Estados Unidos e Grã-Bretanha, terem sido atacados por submarinos alemães. O presidente Castillo foi deposto em 4 de junho de 1943 por uma junta militar composta pelos generais Arturo Rawson, Pedro Ramírez e o vice-almirante Saba H. Sueyro. O Coronel Juan Domingo Perón foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Primeira Divisão do Exército. A presidência ficou a cargo do General Arturo Rawson, que renunciou em 6 de junho e foi substituído pelo General Pedro P. Ramírez, sendo seu Ministro da Guerra o General Edelmiro Farrell e seu Chefe do Secretariado, Coronel Juan Domingo Perón. O novo governo começou seu mandato mostrando sinais de uma abordagem mais próxima da política dos Aliados do que seus predecessores; os militares que tomaram posse eram nacionalistas e também não estavam determinados a quebrar a neutralidade. (AVA, P., CHICO, S., MARTINEZ G.; ZACCATO, C., 2014, p. 7. Tradução Nossa) [1]*

Embora as relações entre EUA e Argentina tivessem melhorado depois da Segunda Guerra e a ascensão de Domingos Perón tenha revertido em uma situação mais favorável, as tensas relações entre o mandatário argentino e o embaixador dos EUA Spruille Braden levaram a um episódio significativo no tocante aos problemas entre os dois países naquele período. Foi lançado o chamado livro azul, em 1946, no qual Braden lançava acusações sobre o envolvimento e a simpatia de Perón pelos nazistas. Perón reverteu a situação de forma favorável, conseguindo se manter no poder, enquanto George Marshall, secretário de Estado norte-americano apontou a necessidade de normalizar as relações entre os dois países em 1947. O Segundo governo peronista teve início em 1952, a partir de então, no auge da Guerra Fria, o presidente argentino passou a ser uma voz dissonante em relação a divisão do mundo em dois blocos, procurando manter uma posição alternativa e intermediária, além de chamar atenção para a necessidade de independência de potências intermediárias e regionais como a Argentina, na época. A Argentina procurou manter sua margem de manobra e trânsito tanto com o ocidente quanto com o leste Europeu, mas este isolamento do país trouxe prejuízos para a economia. Em 1948, o país passou a valorizar sua política externa e as relações internacionais do país, buscando participação em fóruns e acordos que favorecessem sua aproximação com

países da região e outros países da Europa, por exemplo. Mesmo assim, esta postura dúbia, tida como uma autonomia heterodoxa, se mostrou como uma estratégia peronista para reafirmar um posicionamento mais altivo do país no cenário internacional. A principal mudança se deu no sentido de que Perón se deu conta da necessidade de estreitar laços com os países vizinhos e abandonar o isolacionismo.

Neste sentido, é válido ressaltar que no início do governo Perón este tentou lançar uma nova proposta de Pacto ABC, para fortalecer assim, as relações com Brasil e Chile (países de maior relevância geopolítica no continente naquele momento) e a integração regional. A iniciativa, contudo, fora barrada pelo governo brasileiro tanto para impedir o aumento da influência argentina na região, quanto para atender o desejo de seus opositores de manter maiores relações com os EUA (FRIEDRICH; GUIMARÃES, 2015, p. 119-120).

A situação da Argentina era consideravelmente complicada no imediato pós-Guerra tendo-se em vista que seu posicionamento diante do conflito e da própria Guerra Fria, deixaram o país à margem de iniciativas importantes como o papel dos países latino-americanos para envio de insumos e produtos primários para a Europa em reconstrução pelo plano Marshall, além disso, o país, até 1952 era contrário à entrada de capital estrangeiro, assim, seu processo de

industrialização, característica central do nacional-desenvolvimentismo, se viu comprometido (ALVES, 2018, p. 30-32).

Com a derrocada de Perón em 1955, os militares que assumiram o poder passaram a se posicionar de maneira contrária, abertamente alinhada aos EUA, e, considerando este aspecto essencial para a segurança nacional. A Argentina ainda oscilava entre experiências de cunho nacional-popular, como o peronismo, e experiências militares ditatoriais por mais outras duas ocasiões, o golpe de 1966 e o golpe de 1976. Estes dois marcaram bem uma outra trajetória do país em termos de política internacional e as relações com os EUA, menos áspera e conflitiva. Mesmo assim, com o peronismo afastado do cenário político desde a morte de Perón e da derrocada de Isabelita nos anos 1970, as relações com os EUA ainda seguiram vacilantes até o retorno do peronismo, em sua roupagem neoliberal, representada por Menem que chegaria ao poder em 1989.

Exemplar disso, é o fato de que em 1982 com a Guerra das Malvinas, durante a ditadura militar argentina, o país reivindicava sua soberania sobre as ilhas que haviam sido incorporadas pelo Reino Unido desde a primeira metade do século XIX. Este conflito levou os EUA a adotar uma posição pró-Grã-Bretanha, o que foi lido como um desrespeito ao Tratado Interamericano de Assistência

Recíproca (TIAR), que visava o apoio mútuo dos países americanos em casos de ataques de potências extrarregionais. Este fato levantou desconforto não apenas argentino, mas também brasileiro, já que estes países entenderam que seus laços com os EUA não seriam priorizados em certas ocasiões, mesmo com um Tratado vigente.

Com a eleição de Menem em 1989, período marcado pela tendência neoliberal na região, a Argentina passou a priorizar a sua relação com os EUA, abandonando os laços com seus vizinhos. Neste momento, a Argentina será o maior exemplo do paradigma do Estado normal definido por Amado Cervo (2002) como subserviente ao centro hegemônico do capitalismo, transferindo renda ao exterior, privatizando empresas públicas, protegendo o capital e empreendimentos estrangeiros, além de dissolver o núcleo da economia nacional. O termo fora assim cunhado devido ao Ministro de Relações Exteriores do governo de Menem considerar o Estado neoliberal como Estado “normal”. Os preceitos do Consenso de Washington foram sinalizados como pretensa normalidade em um cenário pós-Guerra Fria e com a ascensão de governos com perfil neoliberal como os da Argentina, Brasil, Peru, Venezuela e México que se instalaram entre 1989 e 1990. Estes governos tinham perfis parecidos em termos político-ideológicos, mas não podemos constatar a conformação de alianças

estratégicas entre os países.

Podemos perceber que durante grande parte do século XX, não podemos aferir a existência de estratégias consolidadas entre os principais países da região em torno de uma postura autônoma, condizente com avanços concretos rumo a cooperação e integração regional soberana e enquanto contraponto ao exercício de poder hegemônico por parte dos EUA. A instabilidade política marcada por mudanças de projetos políticos em vigor, divergências entre grupos e setores sejam econômicos ou parte das forças armadas em torno de projetos nacionalistas ou seu contrário, bem como, a ocorrência da interrupção da ordem política e institucional vigente por meio de golpes de Estado também foram refletidas nos posicionamentos de diferentes governos em relação aos Estados Unidos.

As diferenças políticas entre Brasil, Argentina e Venezuela foram consideráveis. O Brasil amargou uma ditadura militar de vinte e um anos, enquanto a Argentina sofreu dois golpes militares em uma década, tendo uma das mais ferrenhas ditaduras do continente, em pouco mais de quatro anos.

Divergindo dos países do continente, a Venezuela estabeleceu uma democracia pactuada. Em termos econômicos as diferenças entre estes três países também chamam atenção,

tendo-se em vista que a economia argentina sempre foi mais agrária e menos industrializada que a brasileira, enquanto a Venezuela se beneficiava das benesses de sua indústria petroleira, como também se afundava nos problemas de uma economia marcada pela chamada doença holandesa. No cenário internacional, Argentina e Venezuela ainda ousaram posturas mais autônomas em relação à condição de superpotência capitalista dos EUA em meio a Guerra Fria. A Venezuela é membro fundador da Organização de Países Produtores e Exportadores de Petróleo, a OPEP, o que é algo considerável.

### **Geopolítica Sul-americana: estratégia, eixos e alianças**

Quando mencionamos o Consenso de Washington percebemos a construção de um falso consenso regional que refletia, na verdade, os interesses dos Estados Unidos na região e uma articulação tímida entre os países latino-americanos que buscavam uma janela de oportunidades a partir de um vazio de poder na região e da propagada crise de hegemonia dos EUA.

O fortalecimento do bloco dos países não-alinhados, o declínio da economia mundial e da hegemonia dos

EUA favorece um novo momento para a integração latino-americana que apresentará diversas novas iniciativas para a integração, caracterizando assim a terceira onda de integração latino-americana. Conforme já abordado, na década de 1980, muitos países latino-americanos apresentaram aumento da sua dívida externa causada pela dependência de capitais estrangeiros e pelo custo dos projetos nacional-desenvolvimentistas implementados desde a década de 1930. Dessa forma, o FMI, Banco Mundial e os EUA propuseram medidas liberalizantes, o que marcará o Consenso de Washington em 1989 com desestatização e maior abertura econômica (SOUZA, 2012, p. 112). Os EUA apresentaram a Iniciativa das Américas, precursora da Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA, se aproveitando dos ventos integracionistas para sugerir uma área de livre comércio hemisférica. A situação do México no NAFTA, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, e o levante de Chiapas, em 1994, ascenderam os alarmes quanto aos benefícios de se adentrar em um bloco com os Estados Unidos e quanto aos problemas inerentes a processos integracionistas pautados no regionalismo aberto. Corazza define o regionalismo aberto como

*[...] um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e*

*desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente. (Corazza, 2006, p. 145)*

Com a crise do modelo neoliberal, a partir de um cenário de marcada contestação, os dissensos em termos de projetos políticos ficaram mais evidentes e delinearam novas alianças estratégicas. O século XXI foi o marco dessas transformações em termos geopolíticos e nosso objetivo será retratar a dinâmica referente a formação, ao rearranjo, as disputas entre diferentes eixos geopolíticos estratégicos, seus impactos para as relações interamericanas, para a integração regional e para o cenário geopolítico da América Latina. Também será objeto de atenção os consensos formados e os eixos justapostos que podemos identificar. Isto nos permitirá compreender melhor as mudanças recentes em um período marcado pelo acirramento dos conflitos políticos, por crises de ordem institucional, pela crise da democracia liberal e pelas tensões em torno da reconfiguração do projeto neoliberal a partir de uma perspectiva neoconservadora na região.

A Venezuela do pós-Guerra Fria sinalizava um caminho indeciso e incerto, mas as eleições de 1998, que levaram Hugo Chávez Frías ao poder passaram a definir de modo mais sistemático a ruptura interposta no

sentido de adoção de um outro projeto político. De forma evidenciada, a ascensão de um político outsider, representante de setores militares nacionalistas e tendentes à esquerda, foi uma grande inovação política para o sistema político venezuelano. Os dois primeiros anos de governo ainda foram cautelosos em função da necessidade de se garantir a retomada do crescimento econômico e da própria governabilidade. Mas, significativo, no sentido de instituir um divisor de águas, é o impacto que a Doutrina Bush, a partir dos atentados de 11 de setembro de 2001 estabeleceram. Ocorreu um recrudescimento da Política Externa dos Estados Unidos, uma menor tolerância por parte da administração republicana e adoção de um discurso maniqueísta. A invasão do Afeganistão pelos Estados Unidos foi duramente criticada pelo presidente venezuelano, enquanto as reformas que seu governo realizou em 1999 e 2001, por aumentarem o papel do estado no setor, não foram muito bem vistas pelo capital estadunidense e por seu governo. Isto vai ter relação direta com a realização do golpe contra Chávez em abril de 2002 e mesmo o paro petroleiro, a greve geral do setor, em 2003. Ambos eventos foram tentativas frustradas de desestabilização do governo Chávez e, acabaram, não apenas, afetando as relações entre Estados Unidos e Venezuela, como levando o governo Chávez a radicalizar sua via, apresentando de forma mais consistente a ideia de uma revolução

bolivariana que pretendesse romper, em definitivo com o regime anterior instituindo a V República e, assim, constituindo o chamado Socialismo do Século XXI.

Para a Argentina, o século XXI teve início com uma das suas mais graves crises econômicas com desdobramentos significativos para sua institucionalidade democrática. O fim do governo De la Rúa, abriu uma fissura nas instituições argentinas e a crise que teve início em 2001, só pôde ser contornada com o retorno do peronismo em sua versão mais nacionalista, contrariando o peronismo menemista que levou a Argentina à bancarrota provocada pelo neoliberalismo na década anterior. Neste caso, Néstor Kirchner, ao assumir a presidência em 2003, marcou um período de retorno da governabilidade institucional e da estabilização econômica.

Além disso, a era Kirchner marcou um novo posicionamento da Argentina a nível hemisférico, já que o novo governo impulsionou a Onda Rosa na região. Foi em 2005, em Mar del Plata, que a proposta da ALCA capitaneada pelos Estados Unidos, foi derrubada, tendo Argentina, Venezuela e Brasil desempenhado um importante papel.

O Brasil do século XXI é inaugurado com a chegada do Partido dos Trabalhadores, o PT, à Presidência da República com o histórico líder sindical, Luís Inácio Lula da Silva. O

perfil político do presidente e sua forma de exercício da política, também chamada de lulismo, pode ser mais bem entendida através do termo Consenso de Brasília, criado por Mario Shifter para dar sentido e expressão às mudanças e particularidades da Política Externa brasileira a partir de seu governo. Basicamente, o projeto político de Lula pretendia aliar o crescimento econômico, com a inclusão social, a governabilidade democrática e um olhar latino-americanista em termos de integração social. Neste sentido também é importante ressaltar que o Brasil se posicionava de forma questionadora, mas não combativa a Washington, buscando consensos e diálogo, reforçando a sua tradição diplomática. Deste modo, as relações com os EUA se deram em um novo tom, com o Brasil se apresentando como um de seus pares e não como um país subserviente. Nos primeiros meses do governo Lula, o foco foi as necessidades internas e parcerias diversas, mas notoriamente com o sul global, enquanto que com os Estados Unidos prevaleceu o pragmatismo. Mas assim, como fez o governo Chávez, o Brasil também foi crítico dos desdobramentos da Doutrina Bush. Chávez havia criticado a invasão do Afeganistão, enquanto o governo Brasileiro se mostrou reticente com a invasão do Iraque.

O Brasil teve papel preponderante nas reformulações sobre o Mercosul, que chegou a ser

chamado de novo Mercosul, por abordar e considerar aspectos sociais, referentes à cultura e aos Direitos Humanos. A própria ideia de integração regional passa a considerar outros elementos que não meramente econômicos e comerciais.

O regionalismo pós-liberal emerge nos anos 2000 como uma crítica ao período anterior, almejando pensar na integração regional para além da economia, ou seja, pensando também em questões de defesa, direitos humanos, política, desenvolvimento e bem-estar social. Muito embora o Consenso de Brasília seja fundamental para entendermos a Política Externa do Brasil com Lula, em termos regionais, o termo que marcou as mudanças que se refletem nos eixos estratégicos formados pelos principais países da região em torno da agenda regional e seu posicionamento sobre o papel dos EUA na região, foi Consenso de Buenos Aires.

Isto teve extrema relevância para as mudanças antes citadas sobre o Mercosul. Foi realizada a Cúpula de Assunção, em 2003, para dar conta dos debates em torno da crise do modelo livre-cambista, evidenciado pela crise de desvalorização do real em 1999 e a crise argentina de 2001. No mesmo ano, Brasil e Argentina se reúnem, firmando o Consenso de Buenos Aires intencionando relançar o Mercosul adotando uma via de integração sócio-política:

*Ratificamos nossa profunda convicção de que o Mercosul não é somente um bloco comercial, mas, ao contrário, constitui um espaço catalisador de valores, tradições e futuro compartilhado. Dessa forma, nossos governos estão trabalhando para fortalecê-lo através do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países (CONSENSO DE BUENOS AIRES, 2003).*

O bloco criou mecanismos para tentar minimizar as assimetrias de Argentina e Brasil, grupo dos países maiores, com Paraguai e Uruguai, grupo dos países menores. Nesse sentido, ocorreu uma maior institucionalização com a criação do Focem (Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul) que objetivava financiar projetos para fortalecer a competitividade e coesão social, o ISM (Instituto Social do Mercosul) que busca contribuir para a efetivação da via social do bloco e o IPPDH (Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul) que visa respeitar e promover os direitos humanos. É importante salientar que essa maior institucionalização não se deu apenas na criação de mais instituições no Mercosul, mas também de outras importantes organizações.

Brasil e Argentina, no início do século XXI, tiveram papel fundamental ao inaugurar o neo-desenvolvimentismo no Cone Sul e fortalecer seus laços bilaterais a partir de novas estratégias autônomas e

solidárias entre países e povos da região, mas a Venezuela, alçou protagonismo, ao se posicionar de maneira bem mais contundente em relação aos Estados Unidos e ao modelo do regionalismo aberto que vigorou no auge do Consenso de Washington. Dessa forma, o país andino foi peça fundamental para a conformação de novos eixos geopolíticos, ao passo que também tensiona o cenário regional em torno de dicotomias estabelecidas que denotam posturas radicais ou refundadoras face a posicionamentos reformistas. A intenção predominante de alcançar desenvolvimento econômico em conjunto com igualdade social liga-se a ascensão de governos de esquerda na Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Uruguai e Venezuela, que acabaram por rejeitar o Consenso de Washington, aspirando por maior inserção social dos povos diversos do continente (MARTINS, 2016, p. 5).

De igual maneira, ficou mais evidente o papel da região andina no curso geopolítico sul-americano, a partir dos consensos criados entre alguns países e dos dissensos e discordâncias com outros países que seguiram a rota estabelecida pelo Consenso de Washington em um alinhamento pró-Estados Unidos. A Venezuela teve papel preponderante no estabelecimento da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), enquanto se somou aos esforços de outros países da região para alavancar a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A Unasul, englobando todos os países sul-americanos, nasce da necessidade de autonomia e de um novo paradigma de desenvolvimento. Ela é uma evolução da Comunidade Sul-americana de Nações de 2004 e da ideia da ALCSA (Área de Livre Comércio da América do Sul) da primeira metade da década de 1990. A ideia original surge da crítica de Chávez à representação do livre-comércio ainda presente dentro da Casa, o que foi apoiado por outros países e culminou na sua criação em 2007, proporcionando uma outra ênfase estratégica (BRICEÑO-RUIZ; HOFFMAN, 2015, p. 54). Nascendo sobretudo dos esforços de Chávez e Lula, seu objetivo era construir uma integração sul-americana pela via cultural, política, econômica e social, eliminar a desigualdade social e assimetrias entre os membros, dando destaque também as questões energéticas e de defesa. Ademais, a UNASUL em seu curto tempo de atuação protagônica regional, por vezes se viu ocupando um lugar de resolução de conflitos e defesa dos direitos humanos que antes fora ocupado pela OEA. A crise boliviana de 2008 teve um papel destacado da UNSASUL. Logo, neste período além de contribuírem para a criação de um novo regionalismo e um novo paradigma para o desenvolvimento na região, também lograram obter um novo espaço de governança regional, excluindo o poder hegemônico.

Já a Alba foi lançada em 2004 pela Venezuela e Cuba, contra o

projeto dos Estados Unidos de constituir a ALCA, incorporando países do Caribe, Bolívia e Suriname nos anos subsequentes. De acordo com Benzi (2017), a partir dos debates propostos sobre o verdadeiro propósito desta iniciativa de conter o expansionismo dos EUA, temos na realidade uma convergência em termos de política externa da Venezuela e de Cuba no sentido de resistência e oposição ao projeto neoconservador estadunidense. Trata-se de um projeto alternativo, uma contraposição que se configurou como um projeto contra hegemônico em meio a um vácuo de poder no lastro do regionalismo aberto e que foi concomitante ao surgimento de outras iniciativas ou de mudanças ocorridas nos blocos regionais mais tradicionais, como o Mercosul.

Tanto o enfoque do soft balancing como seu complemento da diplomacia do poder social captaram uma dimensão da política exterior bolivariana que não se pode ocultar, cuja realização na América Latina e Caribe foi baseada em boa medida sob o grande guarda-chuva da ALBA-TCP. (Benzi, 2017, p. 29, tradução nossa) [2]

É necessário apontar que essa configuração regional com um maior número de governos de esquerda e com uma postura mais crítica ao imperialismo estadunidense, causou um certo afastamento dos EUA dos assuntos internos sul-americanos. O momento que melhor ilustra esta questão é o repúdio encabeçado por Chávez, Lula e Néstor Kirchner a Alca e

seu consequente arquivamento em Mar del Plata no ano de 2005. Notando que a vantagem do acordo seria baixa e levaria a uma dependência ainda maior dos EUA, sendo este o maior beneficiário do projeto, estes governantes somaram forças para fazer Washington recuar.

Algumas mudanças foram esperadas com a chegada de um presidente democrata à Casa Branca, o primeiro negro e de ascendência queniana a assumir o posto mais importante do planeta, é essencial ressaltar que apesar do carisma pessoal do presidente Barack Obama, as velhas práticas do *hegemon* com os países latinos foram mantidas, em certa medida. Por exemplo, no caso brasileiro, em 2013, veio a público a informação de que a agência estadunidense NSA (National Security Agency) espionava a presidente Dilma Rousseff e a Petrobrás, gerando um mal estar diplomático, seguido do cancelamento da visita de Estado agendada aos EUA. Quanto à Venezuela, o presidente Obama declarou que a mesma era uma ameaça à segurança dos EUA e realizou sanções contra funcionários do governo, meses depois de já ter se manifestado contrariamente à repressão contra manifestações de opositoristas. As exigências dos Estados Unidos incluíram a libertação do opositor Leopoldo López entre outros. Em relação à Argentina também o clima foi tenso durante o governo Cristina Kirchner. O primeiro

incidente aconteceu em 2011 quando um foi retida na aduana argentina de um carregamento da Força Aérea dos EUA, o que levou o presidente Obama a cobrar explicações. Analistas políticos e críticos do Kirchnerismo apontam o período de hegemonia dos Kirchner na Casa Rosada como de isolamento internacional da Argentina e de tensões com os Estados Unidos. A suposta normalidade nas relações bilaterais teria sido alcançada com a vitória de Macri que assegurou até uma visita de Obama ao país já no final do seu governo, isto logo depois da histórica visita que fez a Cuba. As homenagens previstas às vítimas da ditadura Argentina e o grande contingente de seguranças e aparatos de segurança, causaram algumas polêmicas e levaram a reações contrárias à visita.

A primeira década do século XXI demonstra de maneira mais evidente os esforços de governos da região, no embalo da onda progressista em contrabalancear o exercício do poder hegemônico por parte de Washington, fortalecendo parcerias com outras potências como a China ou avançando com projetos de integração regional que alavancassem as parcerias entre os países e povos da região de maneira mais soberana e autônoma. E, naquele contexto Brasília-Buenos Aires- Caracas alicerçaram um importante eixo geopolítico-estratégico que sustentou este projeto alternativo para a região.

## **EUA, conservadorismo e crise Sul-Americana**

Este período vem sendo analisado por especialistas no sentido de identificar, não apenas um movimento pendular entre direita e esquerda, conservadorismo e progressismo, mas, sobretudo, em sinalizar a crise das democracias liberais. O best seller “Como as Democracias Morrem”, realiza um debate inaugural sobre o tema ao refletir sobre a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América em 2016, as características de governos autocráticos e como o mesmo pode ser verificado em outros países da região.

A chegada ao poder de Donald Trump à Casa Branca coincide com uma guinada política na América do Sul, após quase quinze anos da chamada onda rosa. Estas mudanças podem ser sentidas com o falecimento de Hugo Chávez Frias na Venezuela em 2013, após vencer as eleições, com a eleição de Mauricio Macri na Argentina em 2015 e com o impedimento político sofrido por Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores no Brasil em 2016.

Não necessariamente precisamos romantizar a administração Barack Obama em termos de Política Externa e quanto às relações com os

países da América Latina e Caribe, mas, sem dúvidas, a administração Trump foi bem mais incisiva e revelou mais pontos de tensão nas relações interamericanas, além de sustentar ou ser condescendente com políticas antidemocráticas e com o processo de erosão da democracia no continente, como um todo.

Quando avaliamos os processos políticos, econômicos e societários ocorridos nos três países que aqui merecem nossa atenção, ou seja, Argentina, Brasil e Venezuela, percebemos o quão decisivo foi cada processo político nacional da mesma forma em que notamos os reflexos disso para a dinâmica geopolítica regional, para os consensos estabelecidos antes entre os países da região, assim como para a integração regional.

Em termos de política doméstica, os três países mergulharam em uma profunda crise econômica. A Venezuela, amarga uma crise econômica originada na queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional e a instabilidade política que pode ser compreendida tanto com um movimento da oposição que chega a lançar um potencial presidente interino autoproclamado, na figura de Juan Guaidó, apoiado por

diferentes países e, em especial, pelos Estados Unidos, deram contornos dramáticos a crise venezuelana. O bloqueio internacional contra o país andino-amazônico-caribenho também aprofundou a crise e já tem contornos de crise humanitária, considerando que nos últimos anos milhões de venezuelanos e venezuelanas migraram de seu país para países vizinhos.

No caso do Brasil, temos uma crise que se reflete em baixo crescimento econômico e grande alta do desemprego no país. A crise coincide e foi aprofundada durante os governos Temer e Bolsonaro pelo perfil de suas políticas econômicas liberalizantes. Além disso, existe um forte componente político-institucional na crise brasileira como efeito da atuação e exercício de liderança por parte do presidente da República e de seus filhos. O clã Bolsonaro apoia movimentos extremistas, desgasta a relação entre os poderes constituídos e contribui para o enfraquecimento do regime democrático no país. Além disso, o governo Bolsonaro estabelece tensões entre países vizinhos, como o caso da Argentina e Venezuela, além de fomentar problemas diplomáticos com potências mundiais, como é o caso da China, maior parceiro comercial do país. Também chama atenção, o movimento mimético de Bolsonaro em relação a Donald Trump e a postura subserviente adotada pelo Itamaraty durante esta administração. No caso da Argentina, o período da

administração Macri foi marcado por uma profunda crise econômica e social, seguramente, a pior crise desde 2001. O desgaste do Kirchnerismo, após muitos anos no poder, e o desequilíbrio fiscal ajudam a explicar a escolha por Mauricio Macri, contudo, uma vez mais, o modelo neoliberal, não foi capaz de contornar a crise, pelo contrário, aprofundou-a.

Percebe-se que a crise econômica e política atual, afetam sobremaneira os três países que foram justamente a base, o pilar, de um projeto político regional que resgatou o nacional-desenvolvimentismo, fortaleceu as relações sul-sul, aproximou os países da América Latina criando, transformando e fortalecendo novos espaços e blocos regionais, ao passo em que se posicionavam de forma mais crítica e autônoma em relação aos Estados Unidos da América.

O período foi marcado pela crise da UNASUL tendo-se em vista que a partir da conformação de novos eixos-estratégicos e do enfraquecimento daqueles que sustentaram tal iniciativa, os novos governos de direita, principalmente, os governos dos países que conformam a Aliança do Pacífico, estratégia contraposta ao regionalismo pós-liberal que vigorou durante o ciclo progressista, reforçados por governos de direita como os do Brasil e Argentina, articularam o esvaziamento da iniciativa que foi um marco de uma

nova etapa das relações interamericanas. Outros blocos já consolidados, como o próprio MERCOSUL, também sentiram o impacto do fim do ciclo progressista na região, o próprio presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, se mostrou entusiasta de uma nova iniciativa regional, o PROSUL, idealizado pelo presidente chileno Sebastián Piñera. O Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul propõe uma estrutura flexível e se coloca enquanto substituto potencial da UNASUL.

A crise do consenso de Buenos Aires e a erosão do eixo geopolítico estratégico conformado por Argentina, Brasil e Venezuela, favoreceu os interesses dos Estados Unidos na região e reforçou o ideário e os objetivos do governo Trump. Recentemente, um ponto de equilíbrio se deu com a permanência de Nicolás Maduro no poder, a despeito das tentativas de destituição do mandatário venezuelano do cargo. As investidas de Juan Gaido se mostraram ineficientes e se desgastaram. Enquanto isso, Mauricio Macri perdeu a oportunidade de se reeleger e o progressismo voltou ao mapa do Cone Sul com a eleição da chapa Fernandez-Fernandez na Argentina. No caso brasileiro, a imagem do presidente da República se desgastou, principalmente, considerando-se os impactos de sua inação política para o devido enfrentamento da pandemia do novo coronavírus e dos efeitos econômicos devastadores que esta

última teve para a economia brasileira.

Mesmo com algumas mudanças regionais que demonstram os questionamentos em face a limitação do projeto neoliberal exemplificadas pela onda de manifestações populares que tomaram conta dos países da região em 2019, os efeitos da pandemia também se constituem enquanto desafios, principalmente, para o novo governo de Alberto Fernandez na Argentina.

As mudanças políticas nos EUA com a eleição do democrata Joe Biden após uma acirrada e controversa disputa com Donald Trump, não necessariamente representam um grande salto para as relações interamericanas, principalmente, no tocante à Venezuela. Algumas posturas mais controversas do Trumpismo serão revogadas ou reformuladas, como, por exemplo, a situação de migrantes, as relações com a comunidade islâmica ou a questão do muro entre Estados Unidos e México. Quanto ao Brasil, talvez, alguns problemas diplomáticos já podem ser esperados entre a administração Bolsonaro e o governo do democrata recém-eleito.

Ainda é bastante cedo para avaliar a extensão dos desafios de um novo governo nos Estados Unidos, principalmente, após a invasão do Capitólio em 06 de janeiro de 2021 e com os passos ainda necessários para a contenção da pandemia. O fato é que após anos de desgaste das instituições

democráticas no hemisfério, 2019 e 2020, deram importantes sinais, e, Bolívia, Argentina e Venezuela, seguem como pontos de resistência da herança progressista que marcou a primeira década do novo milênio na América do Sul. Mesmo assim, isto não é o suficiente para identificarmos um novo consenso, ou a formação de um novo eixo a substituir o que Argentina, Brasil e Venezuela foram e representaram para suas sociedades e para a região, no início deste século. Ainda existem muitas fragilidades para as democracias da região, as manifestações de 2019 não resultaram em profundas mudanças, salvo o Chile que deu início e prosseguimento à mudança constitucional. Os espaços de articulação regional foram duramente enfraquecidos durante a guinada à direita, e os desafios interpostos pela pandemia e pelas queimadas na Amazônia já são ilustrativos da falta de coordenação e cooperação entre os países da região. O governo Bolsonaro abriu um novo período para a Política doméstica e Externa do Brasil, diante da atual conjuntura, o país se encontra isolado e parece ser uma triste caricatura do que um dia foi ou almejou ser. As relações com o novo governo dos EUA foram tensionadas a partir dos posicionamentos pueris e inconsequentes do mandatário brasileiro, além do fato de que as aparições e pronunciamentos de Jair Bolsonaro na ONU, têm surtido efeito bombástico na imagem do país diante daquelas que são consideradas grandes nações. O prestígio e credibilidade ficaram arranhados e bastante comprometidos, o que invalida e

impossibilita o país cumprir o papel de líder regional.

### **Conclusões**

No pós-Guerra Fria, a América Latina buscou maior articulação e o regionalismo aberto foi uma empreitada interessante em tempos de globalização. Este projeto foi questionado, mas a integração regional foi tema central da política hemisférica, posteriormente alicerçada pelos mais fortes pilares do ciclo progressista. Na atualidade, os consensos se esvaíram, não é possível identificar estratégias que gerem projetos regionais e até mesmo a questão alinhamento favorável ou posicionamento contra hegemônico em relação aos EUA, se tornou algo controverso diante dos inesperados acontecimentos dos últimos anos e profundos questionamentos que nos levam a repensar a solidez da democracia estadunidense. Três grandes países sul-americanos alicerçaram um importante eixo geopolítico e estratégico fazendo face aos interesses dos EUA na região, mas, a partir de um contexto marcado por grave crise, não puderam sustentar e dar continuidade, além do fato de terem experienciado importantes mudanças políticas nos últimos anos que propiciaram o avanço do neoliberalismo de modo a servir aos interesses dos EUA na região. Caberá percebermos as mudanças próximas e vindouras e se será possível uma rearticulação de forças progressistas em meio à crise democrática, ou mesmo se seria possível a articulação de novos eixos ou a rearticulação do eixo protagonizado entre os gigantes da América do Sul para um novo período nas relações interamericanas.

### Referências bibliográficas

- ALVES, N. Brasil E Argentina: uma análise comparativa das políticas externas nos governos de Vargas e Perón em relação aos EUA (1951 - 1955). TCC. 56 fls. Uberlândia. UFU. 2018
- AVA, P., CHICO, S., MARTINEZ G.; ZACCATO, C . Relaciones bilaterales entre la Argentina y los Estados Unidos. Documento de Trabalho. Konrad Adenauer Stiftung & CARI. Buenos Aires. 2014.
- HIRST, M. O pragmatismo impossível: A política externa do segundo governo Vargas (1951-1954). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- BRASIL; ARGENTINA. Consenso de Buenos Aires. 2003. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031016\\_integra](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2003/10/printable/031016_integra). Acesso em: 21 de nov. de 2018.
- BENZL, D. Alba-TCP: Anatomía de la integración que no fue. Iago Mundi. Buenos Aires: Iago Mundi. Universidad Andina Simón Bolívar. 2017
- BRICEÑO-RUIZ, José; HOFFMANN, Andrea R. Post-hegemonic regionalism, UNASUR, and the reconfiguration of regional cooperation in South America. Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies, v. 40, n. 1, p. 48-62, 2015.
- CERVO, Amado L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Revista brasileira de política internacional, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, jun. 2002.
- CORAZZA, Gentil. O regionalismo aberto da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, mai. 2006.
- FRIEDRICH, T. S.; GUIMARÃES, G. A. Ensaio de integração: Brasil e Argentina no século XX, pontos de aproximação e de afastamento até a formação do Mercosul. Estudos Internacionais, v. 3, n. 1, p. 115 – 140, jan./jun. 2015
- GARCIA, E. V. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- GONÇALVES, W. da S.; MIYAMOTO, S. Os militares na Política Externa Brasileira (1964-1984). Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 212 – 246, 1993.
- MARTINS, Juliane C. Caminhos para a integração social no MERCOSUL no contexto do regionalismo do século XXI. In: Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016. São Paulo, p. 1.
- SILVA, A. de Mello e. Desenvolvimento e Multilateralismo: Um Estudo sobre a Operação Pan-Americana no Contexto da Política Externa de JK. Contexto Internacional, v. 14, n. 2, p. 209 – 239.

SOUZA, Nilson A. América Latina: as ondas da integração. Revista Oikos, Rio de Janeiro, v. 11, n, 1, p. 87-126, 2012.

### **Notas**

1- Do original: En agosto de 1942 Brasil declaró la guerra a Alemania e Italia. En ese mismo mes asumió la presidencia Ramón Castillo, quien mantuvo la posición neutral ante la guerra, a pesar de que los buques de bandera argentina Victoria y Río Tercero, que transportaban suministros a los Estados Unidos y Gran Bretaña, fueron atacados por submarinos alemanes. El presidente Castillo fue derrocado el 4 de junio de 1943 por una junta militar integrada por los generales Arturo Rawson, Pedro Ramírez y el vicealmirante Saba H. Sueyro. El coronel Juan Domingo Perón fue designado jefe del Estado Mayor de la Primera División del Ejército. La presidencia quedó a cargo del general Arturo Rawson, quien renunció el 6 de junio y fue reemplazado por el general Pedro P. Ramírez, siendo su ministro de Guerra el General Edelmiro Farrell y su jefe de Secretaría, el coronel Juan Domingo Perón. El nuevo gobierno inició su mandato dando signos de mayor acercamiento a la política de los Aliados que sus antecesores; los

militares que asumieron eran nacionalistas y tampoco estuvieron decididos a romper la neutralidad.

2- Texto original: Tanto el enfoque del soft balancing como su complemento de la social power diplomacy han captado una dimensión inocultable de la política exterior bolivariana, cuya realización en América Latina y el Caribe fue encauzada en buena medida bajo el amplio paraguas del ALBA-TCP.

## Resumo

Este trabalho pretende abordar a dinâmica geopolítica da região Sul-Americana a partir das relações interamericanas pautadas pelo exercício da hegemonia hemisférica por parte dos Estados Unidos e o posicionamento de alguns países, como o Brasil, a Argentina e a Venezuela, chamando atenção para distintas fases e etapas e a conformação ou não de eixos estratégicos por parte destes países da região. Inicialmente, é realizado um resgate dos antecedentes compreendendo a segunda metade do século XX, ou seja, o período da Guerra Fria. Em seguida, aborda-se no trabalho, o avanço da onda progressista a partir da crise do modelo neoliberal e a construção de novos consensos em âmbito regional. Neste aspecto, chama-se atenção para os países que se tornaram pilares de um novo projeto político e econômico regional autônomo, como Brasil, Venezuela e Argentina, ao longo do século XXI.

**Palavras-Chave:** geopolítica regional; relações Estados Unidos x América Latina; eixos-estratégicos; progressismo.

## Abstract

This work intends to approach the geopolitical dynamics of the South American region based on inter-American relations guided by the exercise of hemispheric hegemony by the United States and the positioning of some countries, such as Brazil, Argentina and Venezuela, calling attention to different phases and stages and the conformation or not of strategic axes by these countries in the region. Initially, a rescue of the antecedents covering the second half of the 20th century is carried out, that is, the period of the Cold War. Then, the work discusses the progress of the progressive wave from the crisis of the neoliberal model and the construction of new consensus at the regional level. In this regard, attention is drawn to countries that have become pillars of a new autonomous regional political and economic project, such as Brazil, Venezuela and Argentina, throughout the 21st century.

**Key words:** regional geopolitics; United States x Latin America relations; strategic axes; progressivism.